

A gestão escolar democrática nos planos municipais de educação do sudoeste do Paraná

Democratic school management in municipal plans of education in the southwest of Paraná

La gestión escolar democrática en los planes municipales de educación del suroeste de Paraná

Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia¹

<https://orcid.org/0000-0002-7782-2040>

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul, Realeza, Paraná – Brasil. E-mail: ronaldo.garcia@uffs.edu.br.

Resumo

Com o Plano Nacional de Educação de 2014 a 2024 (Lei nº 13.005 de 2014), os municípios brasileiros foram obrigados a elaborar seus Planos Municipais de Educação (PMEs). Nesta pesquisa, estudamos o PME de doze municípios do Sudoeste do Paraná. Trata-se de uma das regiões mais pobres do estado, composta, em sua maioria, de municípios de pequeno porte com uma economia que gira entorno da agricultura familiar de pequenos e médios agricultores. Os objetivos envolveram compreender o conceito de gestão democrática e o compromisso dos gestores em implementá-la. As fontes da pesquisa foram os textos dos PMEs disponíveis nos meios digitais. No estudo do *corpus*, empregamos a metodologia da Análise Textual Discursiva (ATD), que compreende três procedimentos: fragmentação, categorização e elaboração do hipertexto. Verificamos que o entendimento de gestão democrática das escolas sob jurisdição municipal resume-se à criação dos conselhos municipais de educação. Além disso, há pouca preocupação com a gestão participativa nas escolas e consequentemente medidas efetivas para que tais gestões fossem constituídas.

Palavras-chave: Políticas públicas municipais. Participação política. Democracia. Administração escolar.

Abstract

With the National Education Plan from 2014 to 2024 (Law 13,005 of 2014), Brazilian municipalities were required to prepare their Municipal Education Plans (PMEs). In this research we studied the PME of twelve municipalities in the Southwest of Paraná. It is one of the poorest regions in the state, mostly made up of small municipalities with an economy that revolves around family farming by small and medium-sized farmers. The objectives involved understand the concept of democratic management and the managers' commitment to implementing it. The research sources were texts from PMEs available on digital media. In the study of the corpus, we used the Discursive Textual Analysis (ATD) methodology, which comprises three procedures: fragmentation, categorization and elaboration of the hypertext. We found that the understanding of democratic management of schools under municipal jurisdiction boils down to the creation of municipal education councils. Furthermore, there is little concern with participatory management in schools and consequently effective measures for them to be established.

Keywords: Municipal public policies. Political participation. Democracy. School administration.



Resumen

Con el Plan Nacional de Educación de 2014 a 2024 (Ley 13.005 de 2014), los municipios brasileños estaban obligados a elaborar sus Planes Municipales de Educación (PME). En esta investigación estudiamos el PME de doce municipios del suroeste de Paraná. Es una de las regiones más pobres del estado, compuesta, en su mayoría, de pequeños municipios con una economía que gira en torno a la agricultura familiar por parte de pequeños y medianos agricultores. Los objetivos fueron comprender el concepto de gestión democrática y el compromiso de los directivos para implementarlo. Las fuentes de investigación fueron textos de PMEs disponibles en medios digitales. En el estudio del corpus se utilizó la metodología de Análisis Textual Discursivo (ATD), que comprende tres procedimientos: fragmentación, categorización y elaboración del hipertexto. Encontramos que la comprensión de la gestión democrática de las escuelas bajo jurisdicción municipal se reduce a la creación de consejos municipales de educación. Además, hay poca preocupación por la gestión participativa en las escuelas y, en consecuencia, por el establecimiento de medidas eficaces para que se establezcan.

Palabras clave: Políticas públicas municipales. Participación política. Democracia. Administración escolar.

1 Introdução

Em um país de tradição conservadora que vivenciou décadas de ditadura, especialmente no século XX, tratar sobre a gestão democrática nas escolas públicas não é uma tarefa fácil. É importante ter em conta que, para além da criação de instrumentos legais que estimulem a adoção de práticas participativas, é preciso fazê-los parte integrante das decisões do cotidiano das instituições escolares. Como vários exames nacionais e internacionais¹ apontam, o Brasil, apesar de avanços importantes, ainda apresenta uma qualidade muito baixa na educação. Isso se reflete também em altos índices de evasão e retenção, principalmente no Ensino Médio. O resultado disso é nefasto, não apenas para a economia do país, que sofre com a carência de profissionais em diversas áreas, como atinge as classes sociais mais pobres das periferias das grandes cidades, dos campos e de pequenos municípios que ficam sem perspectivas de futuro. Isso impacta também no aumento da violência nas suas mais diferentes formas, no subemprego, nas precárias condições de moradia e tantos outros problemas sociais.

Os motivos de tal realidade educacional no Brasil são diversos e vão desde aspectos histórico-culturais que viam a escola como um privilégio apenas das classes dominantes,

¹ Na última avaliação nacional, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação) apresentou os seguintes resultados: Ensino Fundamental (anos iniciais) – 5,8; Ensino Fundamental (anos finais) – 4,7; e Ensino Médio – 3,8. Todos abaixo da média ideal (6,0). A nível internacional, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), promovido pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), classificou o Brasil em 66º lugar num universo de 79 países. Em leitura, o país obteve a nota 413, em matemática, 384, e em ciências, 404. Dados disponíveis em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/> e <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50646695>. Acesso em: 22 maio 2024.

passando pela expansão tardia dos sistemas educacionais e, por fim, pelas dificuldades para a consolidação do acesso e permanência de crianças, jovens e adultos nas instituições escolares. Além destas questões, outras de igual importância também contribuem para a complexidade do problema, como a precária formação inicial e continuada de professores, baixos salários dos profissionais da educação, burocratização, centralidade da gestão dos sistemas de ensino, entre outros.

Em meio a isso, as nossas escolas, com raríssimas exceções, continuam muito autoritárias, centralizadoras e, por que não dizer, excludentes em sua maioria. Os processos internos de decisão ainda mantêm um modelo de gestão tradicional em que o diretor é a figura central. Segundo Libâneo (2001), esta concepção de gestão, também chamada de técnico-científica, é caracterizada pela hierarquia de funções, relações de subordinação, excesso de normas e regras e maior valorização das tarefas a serem desenvolvidas na escola do que valorização das pessoas. Todo este cenário, que ainda figura em grande parte das instituições escolares, contrasta com a legislação e as orientações que, apesar das recentes tentativas de retrocesso, estão presentes na defesa de uma gestão escolar de fato democrática, participativa e inclusiva.

É interessante observar que a origem das lutas por uma escola mais aberta, democrática e acolhedora surgiu juntamente com o processo de redemocratização que ocorreu antes do término da ditadura e se intensificou no final dos anos de 1980 e 1990. Nesse período, foram instalados os primeiros Conselhos de Escola (Riscal, 2010). Foi a partir da Constituição de 1988 que foram criadas as condições legais para implantação de uma gestão mais democrática em diversos espaços da administração nas três esferas de poder. Com isso, a proposta era romper com séculos de um modelo patrimonialista de gestão e que, ao mesmo tempo, buscava ampliar a participação das pessoas nas decisões que envolviam áreas como saúde, assistência social, planejamento urbano, educação, entre outras. Apesar da criação de dispositivos legais que respaldam a adoção de gestões democráticas, especialmente na escola, isso não significou a implantação imediata de gestões mais participativas. Hoje, depois de mais de trinta anos desde as lutas pela redemocratização do país, o cenário é muito diverso. No que diz mais respeito ao tema desse artigo, a gestão democrática na educação, há uma diversidade de práticas que vão desde a manutenção de modelos tradicionais de gestão até interessantes experiências de participação que reúnem gestores, pais, professores, funcionários, alunos e a comunidade escolar em torno de temas que dizem respeito a todos.

A democratização da escola não é apenas uma forma de substituir um modelo de gestão por outro, mais do que isso, envolve principalmente a constituição de uma nova forma de relacionamento das instituições escolares e as comunidades nas quais estão inseridas. Aqui o objetivo maior é que todos (professores, gestores, alunos, funcionários, pais e outros) possam se sentir corresponsáveis pelas decisões tomadas coletivamente. Além disso, como afirma Libâneo (2001), a forma como uma dada organização se apresenta implica também uma espécie de função pedagógica. Isso porque, em uma gestão de caráter patrimonialista ou tradicional à comunidade escolar, os alunos e suas famílias são considerados meros consumidores passivos. Assim, o poder de decisões concentrado nas mãos do diretor afasta a participação das pessoas, burocratiza as relações e torna a escola uma mera fornecedora de serviços com pouco ou nenhum compromisso dos sujeitos envolvidos. Já uma organização democrática, certamente mais trabalhosa e desafiadora para ser implantada, requer o estabelecimento de um diálogo constante e frequente com todos que fazem parte da escola, seja como usuários ou profissionais. A presença dos pais e responsáveis na instituição de ensino, participando de diferentes formas, opinando, avaliando e discutindo os destinos da escola, por si só motiva e desperta nos estudantes e na comunidade em geral a importância da educação. Não é por acaso que uma instituição com gestão democrática apresenta resultados mais positivos.

O objetivo do presente artigo é investigar como o termo “gestão democrática” está sendo empregado nos Planos Municipais de Educação do sudoeste do Paraná. A proposta aqui é investigar qual a concepção comum de gestão que prevalece especificamente em 12 municípios da região (Realeza, Santa Izabel do Oeste, Ampére, Pérola d'Oeste, Planalto, Capanema, Santo Antônio do Sudoeste, Pranchita, Bela Vista da Caroba, Bom Jesus Sul, Barracão e Francisco Beltrão). Ao todo, o Sudoeste paranaense, uma das regiões mais pobres do estado, é composto de 42 municípios que, em sua maioria, são de pequeno porte. As únicas exceções são os municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão, que possuem uma população em torno de 80 mil habitantes. A região é de ocupação recente, ou seja, a partir da década de 1940, quando famílias, vindas do noroeste gaúcho e oeste catarinense, migravam em busca de novas terras para cultivar e extrair madeiras. Hoje, a principal atividade econômica está baseada na agricultura familiar em pequenas e médias propriedades.

O *corpus* de análise dessa pesquisa foi constituído pelos Planos Municipais de Educação (PNEs). Grande parte dos documentos estão disponíveis nas páginas eletrônicas das prefeituras. Uma pequena parcela desses planos, não disponíveis na internet, foi solicitada diretamente aos

municípios. A metodologia de análise aqui empregada foi a da Análise Textual Discursiva (ATD) desenvolvida por Moraes e Galiazzi (2016). Trata-se de uma abordagem metodológica que busca reunir a contribuição da Análise de Conteúdos e da Análise do Discurso (AD). A partir da fragmentação do *corpus*, foi gerada uma série de excertos que, posteriormente, foram reunidos em diferentes categorias de análise. Na sequência, partimos para a constituição do chamado hipertexto, ou seja, a análise propriamente dita sempre em diálogo com outros estudos e pesquisas já produzidas sobre a temática.

Antes, porém, de adentrar nos estudos dos planos de educação, iremos tratar brevemente sobre o contexto da região sudoeste e alguns aspectos de sua história e constituição que diferem muito do restante do estado. Os municípios que fazem parte dessa amostra localizam-se próximo à fronteira com a Argentina e possuem muitas características em comum. Além disso, vários outros fatores nos permitem aferir que não existem de fato muitas diferenças no que diz respeito aos planos municipais. Esse será o foco do nosso trabalho na parte final do texto.

2 O sudoeste paranaense e a organização da escola

A história e a ocupação da região do Sudoeste do Paraná, onde está o foco dessa pesquisa, podem ser consideradas recentes quando comparadas às outras regiões brasileiras. As terras dos Campos de Palmas foram o primeiro território da região a ser colonizado. Esta área foi ocupada por meio de um movimento realizado por moradores de Guarapuava que buscavam colonizar as terras próximas da divisa do Rio Grande do Sul, Argentina e do rio Iguaçu (Santos, 2005). Outro fator relevante que influenciou na colonização foi a formação de um território agrícola, conhecido como Colônia Nacional General Osório (CANGO), cuja sede estava localizada no município de Francisco Beltrão. Por meio dessa iniciativa, buscava-se atrair os colonos dos estados vizinhos, como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para a ocupação das terras. Assim oportunizava-se algumas condições iniciais, como a doação de madeiras para a construção de casas, sementes, ferramentas agrícolas e atendimento médico. Grande parte das famílias que chegavam para ocupar as colônias eram constituídas essencialmente por descendentes de imigrantes alemães e italianos que colonizaram os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Isso hoje é bastante visível, tantos nos traços físicos da população quanto nos nomes de ruas, praças, avenidas e monumentos. Diante disso, a dinâmica do desenvolvimento da região do Sudoeste do Paraná foi muito influenciada pela cultura desses

povos e pela forma como lidavam com a agricultura, a indústria, o comércio e a própria natureza que os cercavam.

É importante destacar aqui que o Sudoeste não era uma área vazia, como alguns querem fazer parecer, desprovida de populações antes da chegada dos chamados pioneiros gaúchos e catarinenses. Pelo contrário, o local durante muito tempo foi utilizado, tanto por brasileiros como por argentinos, para a exploração da erva-mate e da madeira. Além disso, os indígenas e caboclos viviam na região e mantinham uma agricultura de subsistência. Embora não existam registros de grandes conflitos diretos entre os pioneiros e os habitantes locais, o fato é que essas populações nativas foram expulsas de suas terras e significativamente reduzidas. O contingente populacional existente à época era formado quase exclusivamente por caboclos (cuja atividade principal era a coleta de erva-mate e o plantio de pequenas roças para a produção de alimentos necessários à sobrevivência). Já os indígenas, normalmente deslocados de seus grupos, eram refratários à presença de brancos (Poli, 2006).

Com a instalação da CANGO, a atenção se voltou à educação dos colonizadores. Em 1948, foi construída a primeira escola, segundo os registros presentes nos relatos e documentos oficiais. A CANGO construiu e manteve vinte e sete escolas rurais de educação primária, as quais foram distribuídas por todo o território da colônia. É importante aqui destacar que, devido à falta de profissionais formados, a própria comunidade escolhia a pessoa com maior instrução para atuar como professor (Cattelan, 2014). Como não havia nenhuma instituição nesse momento para a formação de professores e poucos estavam dispostas a vir de outras regiões do estado para lecionar no Sudoeste, a saída era contar com os próprios moradores que assumiam as salas de aula criadas.

Paralelo à atuação da CANGO no incentivo à instalação de escolas, especialmente no campo, a igreja esteve presente na instalação de instituições escolares urbanas. Em Francisco Beltrão e em outras cidades da região, como Dois Vizinhos, Capanema, Enéas Marques e outras. Tratava-se de uma Ordem Religiosa Chamada de Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora. Segundo Belliato (2017), um grupo de oito freiras vieram diretamente da Alemanha para criar e fundar escolas em lugares pobres e distantes dos grandes centros. Em Francisco Beltrão, a ordem foi responsável pela criação de diversas instituições de ensino. Fundaram cursos correspondentes ao ginásio e ao colegial, além de dois cursos de formação de professores. Essas iniciativas também contaram com uma parceria junto ao Governo do Estado. É interessante observar que, em pleno século XX, a presença da igreja junto à educação

no interior do país ainda era muito forte. A ação religiosa foi decisiva para a criação de escolas e cursos que, de outra forma, dificilmente teria condições de ocorrer. Provavelmente a parceria com as religiosas era uma forma de garantir, ainda que de maneira limitada, o acesso a uma formação inicial de professores que diminuísse a necessidade da contratação de leigos que prevalecia na maioria das escolas, especialmente nas do campo. Esse fato torna instigante o estudo sobre a constituição das práticas docentes e a organização escolar, uma vez que grande parte dos professores escolhidos pela comunidade apresentavam uma formação inicial precária com pouco preparo didático-pedagógico. Por outro lado, a continuação dos estudos era muito complicada devido à distância e às dificuldades financeiras. Em média, o salário pago aos professores municipais era insuficiente para custear o deslocamento e os cursos.

Dessa forma, a dinâmica da construção das primeiras escolas traz uma bagagem cultural de valores, sentidos e representações que somente um trabalho cuidadoso de investigação e espírito crítico pode ajudar a revelar. Sabe-se que, por meio da criação da CANGO, as terras da região do Sudoeste do Paraná começaram a ser colonizadas. As famílias dos migrantes que chegavam apresentavam pouca ou nenhuma escolaridade. Os registros demonstram que a maioria dos filhos dos migrantes, bem como a dos caboclos, eram analfabetos. Um fato importante a ser destacado é que, além da ocupação das terras, a CANGO buscava desenvolver uma economia local. Nesse sentido, tornou-se necessário intensificar e promover a escolarização. Tratava-se de um projeto audacioso de colonização, pois, além de regular e distribuir terras para as famílias de pioneiros, a empresa colonizadora previa a instalação de escolas e outros equipamentos necessários à manutenção das pessoas na terra. A fotografia abaixo exposta foi registrada em 17 de maio de 1948; nela é possível observar a organização da sala de aula da primeira escola construída pela CANGO, intitulada como Escola General Osório (Cattelan, 2014).

Figura 1 Interior da Escola General Osório.



Fonte: Cattelan, 2014.

Por meio desse registro, é possível estabelecer uma riqueza de informações, principalmente no que se refere às classes multisseriadas, as quais foram constituídas para atender o contexto da educação do campo. Ali, naquele espaço, conviviam crianças de diferentes faixas etárias, uma vez que não havia o número suficiente de alunos para formar turmas seriadas.

Atualmente o Sudoeste paranaense enfrenta diversos desafios para seu desenvolvimento. Embora a atividade industrial e de serviços se destaque em alguns municípios, especialmente os de maior porte, como Francisco Beltrão e Pato Branco, a principal atividade econômica ainda continua a ser a agricultura familiar. A continuidade das pequenas e médias propriedades sofre diversas pressões, como a expansão do agronegócio que provoca uma concorrência desleal e a dificuldade de manter as terras à medida que as famílias crescem e demandam mais recursos para sua sobrevivência. Em muitos casos, os filhos herdeiros optam por vender a propriedade e tentar a vida nas cidades. Isso, na maioria das vezes, acaba gerando dificuldades econômicas, subemprego, precárias condições de moradia, saúde e outras. Há, sem dúvida, a necessidade de reinventar as condições das micro propriedades para manter as pessoas no campo com qualidade de vida. Abaixo, o quadro apresenta um panorama dos municípios estudados.

Quadro 1 – Dados populacionais e de escolaridade de municípios do Sudoeste.

Municípios	População estimada para 2019	Taxa de escolaridade dos 6 aos 14 anos	IDEB – Anos iniciais Ensino Fundamental	IDEB – Anos finais Ensino Fundamental
Ampére	19.152	99,3%	6,7	5,2
Barracão	10.275	95,3%	5,3	5,3
Bela Vista da Caroba	3.511	99,5%	5,6	5,1
Bom Jesus do Sul	3.541	99,4%	7,2	5,9
Capanema	19.124	98,2%	6,6	5,3
Francisco Beltrão	91.093	98,8%	6,4	5,0
Pérola d'Oeste	6.347	99,1%	6,4	4,8
Planalto	13.479	99,8%	6,4	5,4
Pranchita	5.157	99,6%	6,1	5,2
Realeza	16.922	97,4%	7,5	5,8
Santa Izabel do Oeste	14.659	97,1%	7,4	5,4
Santo Antônio do Sudoeste	20.166	96,6%	6,0	4,6
Média geral	18.705,67 Total: 224.468	98,2%	6,4	5,2

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2019.

Perante os dados apresentados, podemos verificar que quase todos os municípios pesquisados são de pequeno porte, com uma média de 18.705 habitantes. Alguns, porém, podem ser classificados como muito pequenos, com menos de 5.000 pessoas. Esse é, por exemplo, o caso de Bela Vista da Caroba e Bom Jesus do Sul. A taxa de escolaridade entre crianças e adolescentes de 6 a 14 anos da região é de 98,2%, ou seja, menor do que a média nacional, que é de 99,3%. Já nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB), a média, tanto para os anos iniciais do Ensino Fundamental (6,4) quanto para os anos finais (5,2), é maior que a média brasileira de 5,5 e 4,4 respectivamente. Com a exceção de Barracão (5,3), todas as demais cidades alcançaram média superior à nota 6,0, considerada como ideal. Entre as localidades aqui mencionadas, Realeza é a que obteve as notas mais altas para ambos os ciclos do Ensino Fundamental. Trata-se de outro aspecto que chama a atenção e parece confirmar a ideia de que os municípios menores apresentam resultados mais auspiciosos em relação à qualidade da educação. Essa é a situação de Pranchita, Pérola d'Oeste e Bom Jesus do Sul. Antes de avançarmos na análise dos documentos da investigação, é preciso esclarecer que, no estado do Paraná e, mais especificamente na região Sudoeste, os anos iniciais do Ensino

Fundamental (do 1º ao 5º ano) são de responsabilidade das prefeituras, e os anos finais (do 6º ao 9º ano) do governo estadual. Este fato ajuda a explicar por que existe uma diferença acentuada dos resultados do IDEB entre as escolas mantidas pela administração municipal e as mantidas pelo governo do estado.

3 Planos municipais de educação e a gestão democrática

A gestão escolar no Brasil acompanhou a tendência geral da administração política, marcada pelo controle absoluto das decisões, excesso de burocracia e predomínio de relações autoritárias. Até a massificação do acesso à escola, ocorrida a partir dos anos de 1970 em pleno período militar, o modelo tradicional de gestão prevaleceu. Na prática, a escola atendia alunos originários das classes médias urbanas que almejavam, por meio da educação, alçar posições sociais mais elevadas. Assim, este modelo de escola correspondia aos interesses deste segmento social. Para os pais, quanto mais severa e disciplinadora a escola fosse, melhor seria a formação de seus filhos. Em consequência, constitui-se uma educação excludente, conservadora e pouco dada a questionamentos, espírito crítico e criatividade.

Como já abordamos aqui, a partir do final da ditadura, vários professores, intelectuais e movimentos sociais passaram a reivindicar a democratização dos espaços públicos. Desde a Constituição de 1988 e, na sequência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, importantes conquistas foram efetivadas com a aprovação de instrumentos legais que respaldam a adoção de gestões mais democráticas. Com as reformas educacionais iniciadas nos anos de 1990, de caráter neoliberal (Frigotto, 2012), a ideia de uma escola democrática não foi abandonada, no entanto o sentido disso foi modificado. O controle do Estado sobre a educação se manteve intacto, mas provocou uma falsa aparência de gestão democrática, permitindo que a comunidade escolar tivesse a oportunidade de decidir sobre questões como aplicação de alguns recursos repassados para a escola, abertura das instituições escolares para o desenvolvimento de atividades desportivas, cursos diversos de artesanato, informática e outros focados no empreendedorismo. Outra iniciativa que buscava diminuir as responsabilidades do Estado sobre a educação foi o projeto chamado “amigos da escola”. A proposta era que qualquer pessoa pudesse se dedicar a uma espécie de trabalho voluntário nas instituições de ensino. Estas medidas foram uma tentativa de manter o funcionamento das escolas com a falsa aparência de democracia e desobrigação do Estado em relação à manutenção das instituições. Mesmo com estes tropeços, algumas iniciativas interessantes foram implantadas, como a eleição direta para

diretores de escolas, embora esta medida por si só não garanta a existência de uma gestão democrática.

Afinal, quais são as vantagens de uma gestão escolar democrática? Quais são os princípios que orientam uma escola participativa? Por que hoje se faz necessário a presença e o envolvimento de todos nos desafios de construção de uma educação de fato inclusiva, aberta à diversidade em todos os seus aspectos e de qualidade, principalmente para aqueles e aquelas que mais precisam? Quanto mais pobre, periférica e sujeita às mais diversas formas de privação, mais importância a escola adquire para as classes populares. Enquanto as faixas médias e altas possuem acesso a diferentes espaços de formação com o contato constante com bens culturais, como bons livros, peças teatrais, espetáculos de dança e música, cursos de línguas, viagens nacionais e internacionais e outros, os mais pobres não têm nenhuma forma de acesso. Daí o papel fundamental da educação, com instituições escolares que possam ofertar não apenas os conhecimentos essenciais da ciência, mas também da cultura e da arte nas suas mais diversas formas de manifestação e não apenas os modelos clássicos e consagrados do mundo ocidental. Além disso, é preciso ouvir os interesses e demandas das camadas populares e permitir que seus membros possam opinar, sugerir, avaliar, participar de forma plena da formação de suas crianças, adolescentes, jovens e de si mesmos nos casos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tratando sobre as novas demandas para a escola, Libâneo (2001) afirma que:

A escola necessária para fazer frente a essas realidades é a que provê formação cultural e científica, que possibilita o contato dos alunos com a cultura, aquela cultura provida pela ciência, pela técnica, pela linguagem, pela estética, pela ética. Especialmente, uma escola de qualidade é aquela que inclui, uma escola contra a exclusão econômica, política, cultural e pedagógica (p. 40).

A gestão democrática está em sintonia com as recentes mudanças vivenciadas pela escola, bem como com as novas exigências da globalização, da expansão da tecnologia e das profundas modificações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. Uma organização tradicional, baseada em decisões unilaterais e centradas no diretor e na equipe gestora, não mais satisfaz os interesses sociais, políticos, pedagógicos, éticos e econômicos que hoje vigoram no mundo. Para que a escola se transforme, é essencial que ela seja parte da comunidade onde está instalada, estabelecendo diálogos, parcerias e formas diversas de participação das pessoas. É fundamental que o espaço público seja de fato apropriado pelas populações que vivem no seu entorno e façam dele o local privilegiado de exercício da cidadania que está amplamente

respaldada na literatura especializada e textos legais. Ao fazer parte dos processos decisivos e envolver-se na gestão, o indivíduo assume seu papel político e passa da condição de mero consumidor para sujeito ativo. Tudo isso é essencialmente pedagógico.

Ferreira (2004) considera que a nova ordem mundial estabelece novos desafios para a formação humana que somente uma educação humanizada e de qualidade pode oferecer, em especial por contribuir para formar pessoas mais críticas, socialmente ativas e engajadas nas grandes questões de seu tempo:

No âmbito da fábrica global, criada com a nova divisão internacional do trabalho, e da produção e dinamização do mercado mundial, amplamente favorecidas pelas tecnologias eletrônicas, colocam-se novas formas e novos significados para o trabalho, gerando o não trabalho, fato este que vai exigir novas compreensões e responsabilidades sobre o uso e o rumo decisivo de todos os avanços da ciência e da tecnologia na formação de profissionais em geral, de profissionais da educação e na formação para o exercício da cidadania. Portanto, novas prioridades impõem-se para novas políticas e, em especial, para a gestão democrática da educação comprometida com a qualidade da formação humana (Ferreira, 2004, p. 1229).

A autora deixa claro que somente uma gestão democrática da escola pode ensejar uma educação de qualidade. A expansão das novas tecnologias, principalmente da informação e comunicação, o processo de desindustrialização, com o emprego cada vez mais escasso, a automação e a robotização, poupa-se cada vez mais mão-de-obra e provoca o desemprego estrutural. Como chama a atenção Ferreira (2004), vivemos hoje na sociedade do não emprego que cada vez mais fecha postos de trabalho e condena aqueles que mais sofrem com os baixos salários e condições já precárias de vida. Além de constituir um grande exército de mão de obra, favorecendo a diminuição do valor dos salários pagos, isso faz com que ocorra a desregulamentação das leis trabalhistas e impõe trabalhos com direitos reduzidos. Por outro lado, os meios de comunicação jogam “pesado”: busca-se uma homogeneização dos padrões de consumo. Há sempre apelos para o consumismo, o individualismo e a defesa da meritocracia, mesmo que em uma sociedade tão desigual e injusta como a brasileira. Outro impacto negativo é o aumento significativo da violência nas suas mais diferentes formas. Entre elas, podemos citar o extermínio de jovens negros do sexo masculino nas periferias dos grandes centros urbanos, ação de organizações milicianas e de traficantes, aumento considerável da violência contra a mulher, minorias religiosas e étnica, comunidade LGBTQIAP+ e maior intensificação

de manifestações de racismo. Aliado a tudo isso, temos verificado a ascensão ao poder de grupos conservadores, que, de forma explícita ou não, acabam por legitimar estas práticas.

Pensar a formação do cidadão em uma democracia implica em permitir que o sujeito tenha acesso a todos os bens materiais e culturais que a humanidade foi capaz de criar ao longo da história. Isso vai muito além de votar. Segundo Coutinho (2000), ao fazer uso das conquistas socialmente estabelecidas, a pessoa vai adquirindo a sua independência de pensamento, que é essencial para atingir a autoconsciência. No entanto, para que isso seja um objetivo a ser perseguido pela escola, é preciso repensar os modelos de gestão. O principal papel da escola, em qualquer contexto social, é estar em sintonia com as pessoas e as necessidades históricas do tempo em que estão inseridas. Quanto mais afinada com o seu entorno, mais sucesso as instituições escolares poderão alcançar. Paulo Freire (2004) sempre insistiu que o currículo deve refletir a realidade imediata vivenciada pelos alunos; sem isso não existiria uma aprendizagem significativa e que fizesse a diferença na vida de todos. Cabe então aos gestores buscarem mecanismos efetivos de garantir uma educação que promova a aprendizagem e a formação de cidadãos. Isso só pode ser atingido por meio de uma gestão democrática e por consequência participativa e dialógica:

Diálogo como a verdadeira forma de comunicação humana, na tentativa de superar as estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e as práticas educativas a fim de se construir, coletivamente na escola, na sociedade e em todos os espaços do mundo, uma nova ética humana e solidária. Uma nova ética que seja o princípio e o fim da gestão democrática da educação comprometida com a verdadeira formação da cidadania (Ferreira, 2004, p. 1243).

Paro, importante pesquisador da área, afirma que a administração capitalista (tradicional) é essencialmente conservadora, “na medida em que contribui para a perpetuação, tanto a nível econômico quanto no nível político, da dominação que a classe detentora dos meios de produção exerce sobre o restante da sociedade” (Paro, 2010, p. 186). A administração escolar voltada para manter o diálogo com a comunidade escolar precisa de criar outras formas de relação que permitam e estimulem os diferentes agentes a assumirem, em conjunto, a responsabilidade de gerenciar os problemas e desafios e criar formas inovadoras de participação coletiva. Trata-se de assumir uma postura política que não está alinhada aos interesses das classes dominantes – e isso está sujeito a pressões de todos os lados, inclusive muitas vezes de alguns membros da comunidade. Além disso, existe também o papel centralizador do Estado,

que insiste em manter certos procedimentos padrões e políticas públicas que atingem escolas em diferentes regiões, como se fossem todas iguais. Encontrar meios alternativos e envolver todos é o principal objetivo que as gestões democráticas precisam perseguir.

A gestão democrática e participativa inclui alguns princípios que, segundo Libâneo (2001), são imprescindíveis para identificar práticas coletivas e colaborativas de administração escolar. Entre esses princípios, podemos destacar: a autonomia da instituição escolar frente aos órgãos controladores; relação direta e colaborativa entre gestores e comunidade escolar; planejamento conjunto de ações com envolvimento da comunidade escolar; formação continuada de profissionais da educação e de membros da comunidade escolar; compartilhamento de informações; processos regulares de avaliação de todas as ações desenvolvidas e relações humanas criativas e transformadoras. No entanto, como pondera Paro, tudo isso não ocorre de maneira espontânea e ao acaso. Há a necessidade de uma ação intencional e reflexiva:

Em termos práticos, isso implica que a forma de administrar deverá abandonar seu tradicional modelo de concentração da autoridade nas mãos de uma só pessoa, o diretor – que se constitui, assim, o responsável último por tudo que acontece na unidade escolar –, evoluindo para formas coletivas que propiciem a distribuição da autoridade de maneira adequada a atingir os objetivos identificados com a transformação social. Mas é preciso ficar claro, desde já, que a busca dessa forma de gestão cooperativa, na escola, não deve ser feita de modo voluntarista, contra o diretor, mas a favor da promoção da racionalidade interna e externa da escola (Paro, 2010, p. 242-243).

A Lei nº 13.005, de 2014, que criou o Plano Nacional de Educação 2014-2024, estabeleceu um conjunto de vinte metas a serem atingidas ao longo de dez anos. Esse mesmo instrumento legal estabeleceu em seus artigos 8º e 9º que os estados, o Distrito Federal e os municípios teriam dois anos, a contar da publicação da lei, para constituírem seus planos estaduais, distritais e municipais de educação. No caso dos municípios estudados, todos estabeleceram seus planos de educação no ano de 2015. Boa parte das cidades disponibilizam o seu Plano Municipal de Educação (PME) na internet, no entanto esta não é uma prática de todas as prefeituras. O fato chama a atenção, uma vez que se trata de um documento que deveria ser de acesso público e amplamente divulgado. No que se refere à gestão democrática da educação o Plano Nacional de Educação (PNE), a Meta 19 afirma que:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (Brasil, 2014).

Para atingir a referida meta, o documento estipula algumas estratégias. Entre elas, podemos citar: nomeação de diretores levando em conta critérios como mérito e desempenho; garantir a participação da comunidade escolar; criações de conselhos (educação, merenda escolar, transporte) para acompanhamento das políticas públicas, constituir os Fóruns Permanentes de Educação para acompanhar as conferências municipais, estaduais e distritais e a aplicação do PNE e dos PME; assegurar e dar todo respaldo para o fortalecimento dos grêmios estudantis e a associação de pais e mestres, incentivar a participação dos professores, gestores e comunidade na elaboração dos planos político-pedagógicos, regulamentos escolares, currículo e avaliação de professores e demais funcionários da escola; garantir a autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira das escolas; e implementar programas específicos de formação de gestores escolares. Na prática, essas estratégias são importantes para a consolidação de uma administração escolar mais democrática e participativa, contudo, para sua efetivação, existem vários fatores que podem variar bastante, mesmo em uma região aparentemente homogênea, como o Sudoeste do Paraná. Estes fatores envolvem disponibilidade de recursos, experiência de gestão democrática e disposição política dos gestores em priorizar a educação.

Os PME analisados mantêm as 20 metas apontadas no PNE, porém buscam adaptar cada uma das metas ao contexto local das cidades. Assim, os planos apresentam diferentes formas de organização. Alguns municípios apresentaram um documento sucinto que basicamente repete a redação do PNE e acrescenta poucos elementos da realidade local. Outros, porém, buscam de fato trazer a melhoria da educação ao município e apresentam estratégias mais detalhadas de como implementar medidas que possam garantir o cumprimento da meta. Em alguns casos, quando os gestores municipais procuram tratar as estratégias com mais detalhes, acabam, por vezes, incluindo algumas questões que extrapolam o alcance necessário. Um exemplo disso pode ser verificado em relação à Meta 19 no PME de Francisco Beltrão (2015):

19.7 Criar, até o segundo ano de vigência deste plano, em sistema municipal de cadastro único on-line para a Educação Infantil dos CMEIs, de forma a garantir o planejamento e a oferta de vagas existentes com maior agilidade e transparência das matrículas, com critérios normativos da instituição mantenedora de ensino e local apropriado para o atendimento de pais e responsáveis.

[...]

19.10 Garantir nas metas dos Planos Plurianuais a provisão do suporte financeiro às metas e estratégias deste Plano Municipal de Educação.

19.11 Buscar a viabilidade da instituição do Sistema Municipal de Educação até o final de vigência deste plano.

[...]

19.13 Desvincular até o final do primeiro ano de vigência deste plano, o Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação garantindo suas especificidades.

[...]

19.17 Garantir a alimentação escolar com acompanhamento nutricional na vigência deste plano e adequação dos refeitórios e estruturas das cozinhas das escolas e CMEIs da rede pública municipal de acordo com legislação que as orientam.

Não se pode aqui negar as boas intenções dos gestores na execução do PME, no entanto causa estranheza definir algumas estratégias que não dizem respeito diretamente a questão da democratização da gestão escolar. Ao tratar de questões que envolvem financiamento, cadastro de matrículas da educação infantil, organização administrativa e acompanhamento nutricional de estudantes, o gestor público acaba desviando do foco principal nesta parte do documento, que era indicar as estratégias que pretende viabilizar para de fato assegurar a gestão democrática da escola. Buscar mecanismos para a efetivação da participação da comunidade escolar na vida da instituição escolar, no caso dos municípios, é muito importante. É no município que as pessoas têm mais condições de participar diretamente das decisões. Nas instâncias superiores, como os estados e a União, isso não seria possível, daí as eleições de representantes para atuarem nas conferências estaduais e nacionais de educação. Outro fator que também chama a atenção é que, em sua maioria, são municípios pequenos ou muito pequenos, que possuem um número reduzido de escolas e de alunos. Isto é importante, pois contribui para desenvolver um acompanhamento mais próximo de estratégias que possam estimular a participação da comunidade na vida escolar.

De uma maneira geral, todos os PMEs estudados evidenciam um modelo padrão de apresentação. Inicialmente, trazem as metas do PNE e, na sequência, as estratégias a nível nacional e depois a nível local. Alguns planos, especialmente de Barracão, Pranchita e Santo Antônio do Sudoeste, vão além de estabelecer as estratégias e trazem estudos interessantes e dados sobre a forma como está organizada a educação na cidade, além de meios de avançar na

melhoria das condições de funcionamento e gestão escolar. Este fato revela uma preocupação maior com a pasta e um cuidado de propor objetivos que possam ser executados. Não é por acaso que os PME desses municípios são mais extensos.

Em um estudo abordando o papel dos conselhos escolares a partir do Texto Constitucional de 1988, os autores consideram que estes:

[...] apresentam-se como espaços públicos privilegiados, nos quais tensões e conflitos, ao serem superados, desestabilizam práticas monolíticas ou pretensamente harmoniosas de gestão, ao mesmo tempo que se configuram como espaços institucionais de articulação de soluções locais para os problemas do cotidiano escolar (Camargo; Adrião, 2002, p. 77).

Apesar desses e tantos outros autores (Paro, 2002; Coutinho, 2000; Cury, 2002; Dourado, 2009) insistirem que é imprescindível a democratização da gestão escolar com a participação direta dos principais envolvidos nos processos decisórios, rompendo assim com uma tradição patrimonialista dos espaços públicos, nos PME analisados esta não parece ser uma preocupação evidente. Na prática, os documentos parecem compreender que a gestão democrática está na criação e manutenção dos conselhos municipais, especialmente os de educação, merenda escolar, transporte e acompanhamento do emprego dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Como é possível verificar em algumas das estratégias propostas abaixo:

IX. Garantir, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, que o Conselho Municipal de Educação possa exercer as funções: consultiva, propositiva, mobilizadora e fiscalizadora, buscando o exercício de uma gestão democrática e proporcionando um ensino de qualidade (PME de Realeza).

19.4 - Apoiar e possibilitar condições para formação dos conselheiros municipais de educação, inclusive estabelecendo critérios para sua participação em cursos oferecidos pelo sistema estadual de ensino ou pelo MEC (PME Capanema).

6. Incentivar o Conselho Municipal de Educação na proposição de sugestões e políticas públicas para a educação municipal.

7. Garantir a composição do Conselho Municipal de Educação com a participação, além de membros da comunidade escolar e local, de representantes de entidades ligadas à educação e de representantes de entidades ligadas à educação e de representantes da sociedade civil organizada (Planalto).

Ao que tudo indica, parece haver uma concepção velada de que a gestão democrática se resume ao funcionamento dos conselhos municipais de educação. Embora esta seja uma preocupação válida, por si só não é suficiente para que o cotidiano das decisões escolares conte com a participação da comunidade escolar. Nos fragmentos acima citados, há uma expectativa de que os conselhos possam mobilizar as pessoas da comunidade a participar da vida das escolas, fiscalizar a gestão e até mesmo a possibilidade de indicar políticas públicas a nível municipal. Embora seja importante a presença dos conselhos de educação para a instalação de instrumentos de participação democrática, é fundamental que a população possa participar efetivamente dos processos decisórios que ocorrem na escola. Por mais dinâmico que seja o conselho, ele não pode acompanhar diretamente os problemas e desafios que as unidades escolares vivenciam. Além disso, a prática da democracia nos espaços escolares possui vários outros objetivos, inclusive de caráter pedagógico. Como lembra Paro, é difícil pensar em uma educação que se propõe a formar pessoas livres, criativas, reflexivas e críticas, mantendo um tipo de gestão hierarquizada, autoritária “que inibe o exercício de relações verdadeiramente pedagógicas” (Paro, 2002, p. 81).

Outra categoria de análise que chama a atenção nos PME do Sudoeste paranaense diz respeito à eleição de diretores. Como sabemos, essa é uma medida interessante no sentido de pôr fim ao clientelismo, infelizmente ainda muito presente, nas administrações municipais em que os prefeitos indicam, de acordo com a conveniência política, os diretores das escolas. Os gestores nomeados assim vão sempre agir de acordo com os interesses do grupo que está no poder, dificilmente vão atuar em desacordo, uma vez que isso pode significar a sua deposição. A legislação não obrigou os estados e municípios a realizarem a escolha dos diretores por eleição, apenas indicou a possibilidade. Ao deixar que esta decisão ficasse a cargo das esferas estaduais e municipais, o legislador permitiu que governadores e prefeitos, não convencidos dos princípios democráticos, pouco ou quase nada fizessem para mudar a tradicional indicação de diretores. Nos planos municipais, a questão aparece de maneira indefinida. A maioria indica como uma possibilidade futura, poucos adotando a eleição direta:

1- Manter na legislação municipal e na Lei específica dos Profissionais da educação, a forma de eleição direta de diretores das unidades escolares (PME de Santo Antônio do Sudoeste).

19.7 - Atualizar a legislação municipal sobre a forma de eleição direta de diretores das unidades escolares, definindo na norma, os critérios de mérito, competência e formação como condição para a participação na eleição (PME Capanema).

1- Assegurar em lei específica a observância de critérios técnicos de mérito e desempenho para a escolha de direção de escola, possibilitando preferencialmente a participação da comunidade escolar (PME Bela Vista da Caroba).

Como podemos observar, especialmente nos dois últimos excertos, não há uma previsão legal para a implantação da eleição direta para diretores. Menciona-se a possibilidade de regulamentar a escolha por meio da participação da comunidade escolar. Contudo, sua implantação é incerta. Somente no primeiro excerto a eleição direta de diretor já era praticada. Como a maioria dos planos era de 2015, podemos verificar que a discussão sobre o tema ainda não estava concluída. Isso deixa claro que tanto a democratização da escola como da sociedade brasileira é frágil e de difícil consolidação. Há uma forte resistência de segmentos sociais, que insistem em manter os abismos de classe, os privilégios das elites e a negação dos direitos humanos.

Os PMEs aqui investigados, quando tratam das estratégias locais para incentivar uma gestão democrática nas suas respectivas unidades escolares, o fazem de maneira ainda superficial, sem detalhar e criar meios eficazes de implantar uma nova forma de gestão participativa e popular nas escolas. Em grande parte dos documentos, há repetição das estratégias do PNE com pouco esforço para adequá-las ao contexto do município. Seguem abaixo alguns exemplos de como a gestão democrática aparece nos textos dos PME:

Em se tratando de Gestão Democrática do Ensino Público, no caso especial, do ensino público municipal, a questão deve ser tratada sob três dimensões:

- A forma de designação, o acompanhamento de seu trabalho e os programas de capacitação para os diretores das unidades escolares;
- A organização e o funcionamento do órgão ou dos órgãos colegiados que participarão da administração da escola, juntamente com a direção;
- Os órgãos colegiados de acompanhamento, proposições de políticas públicas, análise e pareceres sobre as decisões administrativas e pedagógicas da rede municipal de ensino ou do sistema municipal de ensino (PME de Barracão).

Efetuar estudos sobre a organização dos órgãos colegiados implementados na escola em especial o Conselho Escolar (PME de Santa Izabel do Oeste).

19.2) Viabilizar junto ao MEC, Programa de Formação Continuada específica para os gestores escolares e membros dos Conselhos Escolares (PME de Pérola D'Oeste).

De um modo geral, as estratégias não deixam claro como implantar a gestão participativa. Menciona-se a participação da comunidade escolar, porém não são apresentados mecanismos a serem postos em prática para que as pessoas tenham garantido o seu direito de tomar parte nas decisões que dizem respeito à formação de seus filhos, quando não a si mesmos, no caso da Educação de Jovens e Adultos. No PME de Santa Izabel do Oeste, a implantação depende da realização de estudos em um futuro incerto. O plano de Pérola D'Oeste aposta na formação dos gestores e dos membros dos conselhos escolares, indicando assim que é necessária uma formação específica para, posteriormente, pôr em ação uma administração escolar democrática. Tudo isso indica que temos muitas dificuldades em fazer funcionar instituições que possam operar fora da lógica do poder centralizado, de decisões unilaterais e da manutenção de medidas autoritárias. A superação desse modelo depende de uma maior mobilização da população, do compromisso de gestores municipais comprometidos com a democracia e do envolvimento de instituições como as universidades públicas. Estas recentemente se instalaram na região e podem contribuir para a formação de profissionais da educação preocupados com uma escola de qualidade, inclusiva e democrática.

4 Conclusão

O estudo aqui apresentado não teve o propósito de exaurir o tema da democratização da gestão escolar nos planos municipais do Sudoeste do Paraná. Trata-se de uma reflexão, ainda que preliminar, sobre o tema da democratização em um momento histórico em que setores conservadores ascenderam ao poder político. Em nome de uma escola “sem partido”, esvaziada de sentido político, corre-se o risco de retroceder nos avanços duramente conquistados ao longo das últimas décadas, desde o final dos anos de 1980. Na prática, muitas destas conquistas se efetivaram mais nas leis e nas diretrizes da educação do que na democratização da administração das instituições de ensino com a participação dos gestores, pais, alunos, professores e da comunidade ao redor. O resultado de tudo isso foi um descompasso entre o que se preconiza nos documentos oficiais e o que se pratica nas instituições escolares. Nossas escolas ainda continuam muito fechadas em si, desconsideram a opinião das comunidades, dos alunos e professores e apresentam baixos níveis de aprendizagem. Em outras palavras, continuamos a manter uma educação de pouca qualidade e incapaz de contribuir para um país mais igualitário.

Buscar compreender alguns dos percursos das políticas educacionais nos ajudam a perceber o que colaborou, tanto para aumentar como diminuir, as contradições entre o discurso legal e a realidade das escolas. Entre as possibilidades de levar a investigação sobre esse problema, está identificar como os PMEs conceberam a implantação de uma gestão democrática no contexto dos municípios, que são a menor unidade e o local que mais reúne condições para a prática de instrumentos de participação popular. Uma defesa é o que os promotores de políticas educacionais pensaram sobre a democratização dos espaços escolares e outra é o que foi compreendido e implementado de fato pelos gestores municipais. Há, sem dúvida, uma nítida diferença entre o que é planejado e o que é interpretado por gestores, professores e profissionais da educação de uma forma geral. Assim, podemos considerar que sempre vai haver um descompasso entre o que é pensado e o que se concretiza. No entanto, deve haver um esforço constante para diminuir as diferenças entre o planejar e o executar. Daí a importância do diálogo entre os diferentes autores do processo, mas, na maioria das vezes, as diversas esferas de decisão não se conversam.

Como verificamos no estudo realizado, os PMEs apresentaram diferentes formas de como conceber a gestão democrática. Alguns consideraram que era necessário fazer funcionar os conselhos municipais de educação, outros acharam essencial a formação de gestores e conselheiros para obterem uma administração democrática, e outros apontaram a necessidade de estudos para viabilizar a participação da comunidade nos conselhos de escola. Essas respostas díspares ocorrem devido à inexperiência que temos em relação à prática da democracia – e ainda não descobrimos o papel que ela tem na constituição de uma educação inclusiva, crítica, criativa e que leva em consideração nossa multiculturalidade. A vida democrática exige a convivência com o conflito e o seu gerenciamento; quase tudo é feito por meio do diálogo, do empate de ideias em que nem sempre uma proposta se sobrepõe à outra, mas se misturam e sofrem metamorfoses. Tudo isso é muito complicado quando temos uma visão tradicional do que é fazer política, baseada no jogo de interesses, na valorização da autoridade e da força como forma de impor o consenso. Somos uma sociedade marcada por um ranço de autoritarismo e não é por acaso que grupos oportunistas, com viés conservador e autoritário, chegaram recentemente ao poder.

Referências

- BELLIATO, M. C. **O Colégio Nossa Senhora da Glória e o processo de escolarização no município de Francisco Beltrão – PR (1951-1982)**. 2017. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, 2017.
- BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.
- BRASIL. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr>. Acesso em: 5 out. 2023.
- CAMARGO, R. B.; ADRIÃO, T. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. *In*: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (org.). **Gestão, financiamento e direito à educação**. São Paulo: Xamã, 2002, p. 63-71.
- CATTELAN, C. **Educação rural no município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: a escola multisseriada**. 2014. 249 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, 2017.
- COUTINHO, C.N. **Contra a corrente**: ensaios sobre a democracia e o socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.
- CURY, C.R.J. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, São Bernardo do Campo, v. 18, n. 2, jul./dez. 2002.
- DOURADO, L. F. **Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios?** São Paulo: Xamã, 2009.
- FERREIRA, N. S. C. Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada”. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1227-1249, set./dez. 2004.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. *In*: GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis, Vozes: 2012, p. 32-92.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.
- MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2016.
- PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- PARO, V. H. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. *In*: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (org.). **Gestão, financiamento e direito à educação**. São Paulo: Xamã, 2002, p. 73-81.

POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**. Chapecó, ano 19, n. 23, p. 149-187, 2006.

RISCAL, S. A. Considerações sobre o conselho escolar e seu papel mediador e conciliador. *In*: LUIZ, M. C. (org.). **Conselho de escolar**: algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010, p. 23-46.

SANTOS, E. G. **Em cima da mula, debaixo de Deus, na frente do inferno**: os missionários franciscanos no sudoeste do Paraná (1903-1936). 2005. 165 f. Dissertação (Mestrado Em História) – Universidade Federal Do Paraná. Curitiba, 2005.

Fontes

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPÉRE. **Plano Municipal de Educação**. Ampere, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRACÃO. **Plano Municipal de Educação**. Barracão, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA. **Plano Municipal de Educação**. Bela Vista da Caroba, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL. **Plano Municipal de Educação**. Bom Jesus do Sul, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA. **Plano Municipal de Educação**. Capanema, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO. **Plano Municipal de Educação**. Francisco Beltrão, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE. **Plano Municipal de Educação**. Pérola D'Oeste, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO. **Plano Municipal de Educação**. Planalto, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRANCHITA. **Plano Municipal de Educação**. Pranchita, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA. **Plano Municipal de Educação**. Realeza, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE. **Plano Municipal de Educação**. Santa Izabel do Oeste, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE. **Plano Municipal de Educação**. Santo Antônio do Sudoeste, 2015.

GARCIA, R. A. G.

Enviado em: 12/08/2024

Aprovado em: 04/11/2024